

O Positivismo na constituição do pensamento pedagógico brasileiro da Primeira República

Prof.^a Mnda. Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a postura filosófica denominada Positivismo, bem como compreender de que modo os ideários político e educacional brasileiros articularam, durante a Primeira República, categorias de pensamento oriundas dessa esfera filosófica. Uma primeira delimitação deste trabalho consiste em analisar a literatura referente ao tema proposto, buscando, nos textos de Augusto Comte e comentadores, delinear a discussão sobre a filosofia positivista. Num segundo momento, fará-se, sob o enfoque de autores brasileiros diversos, uma breve abordagem sobre a influência do positivismo nos fins políticos e educacionais brasileiros.

Palavras-chave: Educação Brasileira, Positivismo, Primeira República.

Abstract

The aim of this paper is to examine the philosophical posture called Positivism, as well as to understand how the educational and political ideas were articulated during the period of the Brazilian history called The First Republic. The first delimitation of this work consists in the analysis of the literature related to the theme proposed. The delineation of the discussion about Positivism has been based on the texts written by Augusto Comte and by commentators of those texts. The second part of this work is consisted of a brief discussion about the influence of Positivism on the political and educational purposes in Brazil. Such a discussion is based on the perspective of several Brazilian authors.

Keys words: Brazilian Education, Positivism, The First Republic

Sobre a autora

Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar

Natural de Araxá - MG

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Araxá.

Especialista em Pedagogia Empresarial - UFU.

Mestranda em Educação - UFU.

O Positivismo na constituição do pensamento pedagógico brasileiro da Primeira República

Prof.^a Mnda. Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar

I - Introdução

Este texto pretende discutir, de forma introdutória, os pressupostos da filosofia positivista e seus determinantes no cenário educacional brasileiro durante a Primeira República. Busca-se, por meio de um breve relato de sua trajetória, contextualizar a obra de Auguste Comte e, a partir dessa amostra, expor o modo como o pensador construiu os conceitos teóricos específicos do positivismo.

O pensador nasceu em 1798, em Montpellier, na França. Ingressou na Escola politecnica de Paris cuja influência determinou sua orientação filosófica. Recebeu influências dos chamados “ideólogos”, porém a influência mais marcante se deu por meio do estudo da obra de Condorcet, em que traça um quadro do desenvolvimento da humanidade segundo os descobrimentos e invenções da ciência e da tecnologia. Outro grande influenciador da obra de Comte foi Saint-Simon, de quem o filósofo foi secretário e colaborador de 1818 a 1824. Após o rompimento com Saint-Simon, Comte passou a dar aulas particulares de matemática, iniciando, depois de dois anos, o Curso de Filosofia Positiva, que seria logo interrompido por motivos de doença. Em 1824 também se casou, vindo a se separar em 1842. Em 1844 conhece a mulher cujo papel fora importante para que pudesse expressar todos os seus sentimentos e necessidades emocionais.

Decorre dessa época, a inspiração para a criação de uma nova religião, objeto de extensa obra publicada em quatro volumes. Contudo, Comte morre, em 1857, sem terminar a Síntese Subjetiva, sua última obra iniciada no ano anterior.

A primeira parte deste estudo envolveu a leitura das obras selecionadas que compõem o conjunto de textos de Auguste Comte: *Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista (1978); e Opúsculos de filosofia social (1972)*. Dentre os comentadores destacamos Nicola Abbagnano (1993): *História da Filosofia*, volume X, e Raymond Aron (2002): *As etapas do pensamento sociológico*.

Auguste Comte visava constituir uma nova filosofia, liberta do sobrenatural e de abstrações metafísicas, que repousasse sob a rigorosa constatação científica e, por conseguinte servisse de base para a criação da ciência da sociedade, promovendo a renovação das estruturas sociais. O termo positivismo relaciona-se às concepções de Auguste Comte e culminou-se naquilo que o filósofo considerou a fase final do entendimento humano.

Comte elabora sua filosofia por meio do Sistema de Filosofia Positiva, obra constituída de seis volumes, na parte que trata da Lei dos Três Estados (fundamento geral da doutrina) e da hierarquia das ciências, descrevendo os antecedentes, os métodos e a natureza. Dispõe, também, sobre o histórico do progresso humano desde os primórdios até a modernidade, e dedica-se a descrever o processo elaborado pela sociedade ao longo da história. O estudo deste processo permite a Comte vislumbrar os meios pelos quais a sociedade ingressará na civilização positiva, cuja finalidade encerra a sua obra.

Ainda na constituição da sua obra, nos escritos em que se dedica ao Sistema de Política Positiva, o filósofo expõe a aplicação do Positivismo por meio das teorias da “Ordem” e do “Progresso”, ou seja, estática e dinâmica social. Termina abordando a ocorrência dos condicionantes históricos na estruturação da sociedade, bem como a importância do estudo sistemático destes condicionantes no sentido de prever os acontecimentos e, então, poder evitar as crises.

A última etapa de seu pensamento coroa-se com a instituição da Religião da Humanidade, visto como instrumento para um sistema governativo adequado à realidade histórica moderna.

Auguste Comte parte do princípio de que é preciso separar o espiritual e o temporal, buscando um equilíbrio entre ambos. Realiza este feito por meio do estudo apreciativo e descritivo da desagregação contínua da sociedade católica-feudal e sua substituição por outra, científica e industrial. Estabelece a hierarquia das ciências e demonstra a tendência à renovação da autoridade espiritual, instituindo a soberania dos cientistas para o entendimento do movimento histórico e, portanto, para justificar a teoria das ciências. Finalmente, afirma a necessária separação entre os poderes espiritual e temporal. Comte analisa a sociedade à luz da história e prevê a sucessão das estruturas teológicas e feudais pelas científicas e industriais.

A segunda parte deste trabalho objetivou uma breve análise da influência do positivismo na proclamação da República e no pensamento pedagógico brasileiro sob o ponto de vista de autores como: Arthur Virmond de Lacerda Neto (2003) em sua obra *A República Positivista: Teoria e Ação no Pensamento Político de Auguste Comte*; João Quartim de Moraes, em seu artigo *O positivismo nos anos 20*; José Murilo de Carvalho (1987): *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*; José Murilo de Carvalho (1990) *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*.

A difusão das idéias positivistas no Brasil como entidade militante se dá permeada pelas idéias liberais de laicização da nação brasileira, ou seja, de total desvinculação entre Estado e Igreja. Tal defesa de mudança na organização do Estado deveu-se ao argumento de que a maneira pela qual o Brasil se organizou, na sua forma legal, vinculava-se a ações exclusivistas, discriminatórias, injustas, repressivas das liberdades de consciência, de imprensa e de ensino, e, especialmente, lesivas à liberdade espiritual e política, cujo único desfecho possível era a instituição de novo regime político.

A proclamação da República implicava, ainda, diversas alterações na ordem instituída, visando atingir o progresso. Neste contexto, a escola se faz presente como instrumento de instituição da nova ordem e propulsora do progresso. Nos fins do século XIX e início do século XX, a escola era direito de poucos, em detrimento dos milhares de analfabetos de letras e de ofícios. Estes aparecerão, durante a república, como impedimento à marcha do progresso, na nova ordem que se estabelecia. Assim, a escola passa a ser vista como instrumento de dominação e organização da sociedade por meio das

idéias da classe oligárquica e da imposição de projetos políticos de seu interesse. Carvalho (1989) é elucidativa quando afirma que o papel da escola hiperdimensionou-se como vitalizador do organismo nacional e constituidor da nação brasileira. Configurou-se, assim, o projeto político autoritário de educação como forma de moldar um povo conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo. A palavra de ordem desse cenário é regeneração. *Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações.* (CARVALHO, 1989: 10).

Nesse sentido, o presente trabalho privilegia a apresentação de algumas idéias de autores estudados na pesquisa bibliográfica, tendo em vista a representatividade e a clareza de suas expressões no que se refere a situar o positivismo como filosofia, e sua influência na ação republicana e no pensamento educacional brasileiro. As afirmações e conclusões aqui enunciadas devem ser entendidas como restritas às fontes consultadas, consistindo, tão somente, num conjunto de indicações para estudos mais detalhados sobre a presença das idéias comtianas no panorama político e educacional brasileiro da primeira república.

II - Características Gerais do Positivismo

O significado da palavra positiva encontra-se ligada à definição e à coordenação de leis naturais. As leis são a relação de semelhança ou de sucessão que ligam entre si os fenômenos físicos, sociais e morais e que permitem prever outros. Nesse sentido, o conhecimento dessas leis proporciona ao homem condições para atuar sobre o mundo ou sobre si mesmo. Assim, para o positivismo é necessário *saber para prever a fim de prover.* (LOPES, 1986: 938).

O positivismo é uma postura filosófica segundo a qual o único conhecimento genuíno é aquele obtido pelos métodos da ciência. É, portanto, aliado do empirismo e do materialismo, e oposto à metafísica e à teologia. Representa uma reação contra o apriorismo, o formalismo, o idealismo, exigindo maior respeito para a experiência e os dados positivos. A diferença fundamental entre positivismo e idealismo está no fato de que o primeiro quer limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, como já fizera o

empirismo; o segundo, ao contrário, procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão.

Durante o século XIX, houve um grande progresso nas ciências naturais, particularmente as biológicas. Assim, ao mesmo tempo em que o positivismo surge como uma reação contra o idealismo, tenta aplicar os princípios e os métodos daquelas ciências à filosofia, como solucionadora do problema do mundo e da vida, com os mesmos fecundos resultados.

Como a única fonte de conhecimento e critério de verdade é a experiência, dela derivam os fatos positivos, os dados sensíveis. Portanto, nenhuma metafísica, interpretação, justificação transcendente ou imanente da experiência pode ser considerada conhecimento verdadeiro. A filosofia é reduzida à metodologia e à sistematização das ciências, cuja lei única e suprema que domina o mundo concebido de forma positiva é a evolução necessária de uma indefectível energia naturalista, como resulta das ciências naturais.

...a filosofia positivista, cuja mais alta ambição é descobrir as leis dos fenômenos e cujo primeiro caráter próprio é precisamente considerar proibidos necessariamente à razão humana todos esses sublimes mistérios, que a filosofia teológica explica, ao contrário, com tão admirável facilidade, até em seus mínimos pormenores (COMTE, 1983: 6).

Para Comte *as idéias conduzem e transformam o mundo*, e é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história. Comte entende que não podemos conhecer o espírito humano senão através de obras sucessivas, obras de civilização e história dos conhecimentos e das ciências, que a inteligência alternadamente produziu no curso da história. O espírito não poderia conhecer-se interiormente.

Comte rejeita a introspecção porque o sujeito do conhecimento confunde-se com o objeto estudado, e também pode descobrir-se apenas através das obras da cultura e particularmente através da história das ciências. Segundo esta concepção, a vida espiritual autêntica não é uma vida interior, é a atividade científica que se desenvolve através do tempo.

Sendo assim, no âmbito do positivismo, a única realidade existente, o cognoscível,

é a realidade física, o que se pode atingir cientificamente. Portanto, nada de metafísica e filosofia, nada de espírito e valores espirituais. Chega-se à ciência fielmente a sua realidade, que é a experiência. E seria a ciência positivista pura ciência, ou ainda, não implicaria uma metafísica naturalista inconsciente e, involuntariamente, discutível pelo menos tanto quanto a metafísica espiritualista?

A profunda influência da Escola Politécnica repercutiu na fundamentação do pensamento de Comte, bem como as idéias de seu mestre Saint-Simon. Porém, antes dele, Comte deixa claro que o espírito positivo aparece nos trabalhos de Aristóteles e da escola de Alexandria, e ainda, que a ação combinada dos preceitos de Bacon, das concepções de Descartes e das descobertas de Galileu contribuíram para que o espírito positivo viesse a pronunciar-se no mundo, em oposição ao espírito teológico e metafísico. Se o movimento de decadência da filosofia teológica e metafísica atingiu seu ponto mais agudo, realçando a supremacia das concepções da filosofia positiva, durante os trabalhos de Bacon, Descartes e Galileu, para Comte restava ainda uma lacuna a ser preenchida. Grande havia sido o desenvolvimento das ciências naturais em suas quatro categorias principais de fenômenos naturais, a saber: astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, mas restava uma lacuna essencial relativa aos fenômenos sociais. Para Comte, a filosofia positiva não abraçava toda ordem de fenômenos:

Eis a grande mas, evidentemente, única lacuna que se trata de preencher para constituir a filosofia positiva. Já agora que o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a *física social*. Tal é hoje, em várias direções capitais, a maior e mais urgente necessidade de nossa inteligência (COMTE, 1983: 9).

Ainda completando sua argumentação, Comte (1983) explicita a importância da criação da física social, afirmando que nenhum fenômeno poderia deixar de ser estudado. Neste caso, ao entrar para as cinco grandes categorias já estabelecidas, estas se homogeneizariam em todas as concepções fundamentais, conduzindo a filosofia a constituir-se definitivamente no estado positivo.

Tendo adquirido com isso o caráter de universalidade que lhe falta ainda, a filosofia positiva se tornará capaz de substituir inteiramente, com toda a superioridade natural, a filosofia teológica e a filosofia metafísica, as únicas a possuir realmente hoje essa universalidade. Estas, privadas do motivo de sua preferência, não terão para os nossos sucessores além de uma existência histórica (COMTE, 1983: 10).

Neste embate, fez-se necessária a homogeneização dos conhecimentos, visto que os conhecimentos não poderiam tornar-se categorias isoladas, por constituírem-se em diferentes ramos mas num único tronco. Contudo, para chegar-se aos estudos dos fenômenos sociais seria preciso, antes de tudo, proceder ao estudo dos métodos positivos já comprovados para os fenômenos menos complexos.

A primeira crítica feita por esse pensamento filosófico estende-se ao sistema educacional instituído, o qual, para Comte, é um saber enciclopédico e escolástico, que leva inevitavelmente à imperfeição e insatisfação. Não há como estabelecer a homogeneidade de conhecimento a não ser através da filosofia positiva. O positivismo seria a via possível em que o ser humano conceberia o estudo da natureza, buscando uma base racional verdadeira para a ação do homem sobre ela. Neste ponto, o homem seria capaz de, munido de conhecimento das leis dos fenômenos, constantemente previstos por estes estudos, conduzir efetivamente a modificação de um fenômeno por outro, em proveito próprio. Portanto, o positivismo é a ciência da previsão. *Ciência, daí previdência; previdência, daí ação* (COMTE, 1983: 23). Concomitante à defesa do estudo da natureza para o encadeamento de ações sobre ela, é preciso empreender o conhecimento teórico. A teoria é de extrema importância, pois pode vir a ser útil no futuro em outros estudos científicos. Nem sempre é necessário que o estudo vise uma aplicação prática imediata da descoberta efetuada. Por isso, é preciso formar os futuros cientistas sabedores das concepções e teorias científicas destinadas a servir de *bases diretas aos procedimentos gerais da prática* (COMTE, 1983: 24). As etapas acima constituem um processo que vai do desenvolvimento intelectual à ciência-arte (considerada a perfeição), porém, interposto pela formação de uma classe intermediária cuja função é organizar as relações entre a teoria e prática.

É nítida a defesa do positivismo à separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, concebendo como natural essa divisão, bem como a classe social oriunda dessa diferenciação. Assim posto, é preciso uma orientação educacional que aponte que existem doutrinas intermediárias entre teoria pura e prática direta.

É precisamente na distinção entre teoria e prática que Comte também fundamenta a importância da filosofia positiva como filosofia primeira, pois esta lançaria a base permanente para todas as especulações humanas. A uma classificação racional das ciências fundamentais prossegue-se a discussão a respeito da questão enciclopédica. A ciência toma dois caminhos distintos: o histórico e o dogmático. O caminho histórico efetiva-se através da exposição sucessiva dos conhecimentos, na mesma ordem em que aconteceram. Constitui, portanto, no estudo sucessivo e cronológico do progresso humano. A ordem dogmática, o contrário, aplica-se somente a uma ciência já suficientemente desenvolvida em alto grau. Assim, novas concepções *permitem apresentar as descobertas anteriores de um ponto de vista mais direto* (COMTE, 1983: 28), sem precisar recorrer às fontes, porque lidam com verdades apodícticas. A tendência humana seria substituir progressivamente a ordem histórica pela ordem dogmática, conveniente *ao estado aperfeiçoado de nossa inteligência* (COMTE, 1983: 28).

Desse modo, a educação deve sempre promover a sobreposição do conhecimento dogmático ao conhecimento histórico, procurando explicar o processo de desenvolvimento da humanidade e apontar o conhecimento positivo como o ápice deste processo. Nesse sentido, Comte declara que:

O problema geral da educação intelectual consiste em fazer com que, em poucos anos, um único entendimento, muitas vezes mediocre, chegue ao mesmo ponto de desenvolvimento atingido, durante uma longa série de séculos, por um grande número de gênios superiores, que aplicaram, sucessivamente, durante a vida inteira, todas as suas forças ao estudo de um mesmo assunto. É claro, com isto, que, apesar de ser infinitamente mais fácil e mais curto aprender do que inventar, seria certamente impossível atingir o fim proposto se pretendêssemos sujeitar cada espírito individual a percorrer sucessivamente os mesmos passos intermediários que teve de seguir necessariamente o gênio coletivo da espécie humana. Daí a necessidade indispensável da ordem dogmática, tão perceptível hoje entre as ciências mais avançadas, cujo modo ordinário de exposição não

mais apresenta traço algum da filiação efetiva de seus pormenores (COMTE, 1983: 28).

A filosofia das ciências, ainda, vincula-se à lei das suas três fases. As diversas ciências são agrupadas em uma hierarquia, conforme conduzam com maior ou menor grau à instauração de um pensamento positivo. Na base desta hierarquia encontra-se a Matemática, uma vez que possui o menor grau de complexidade, estudando a realidade em sua forma mais indeterminada. Segundo este autor, a ciência que apresenta maior complexidade e mais afinidade com os ideais positivos é a Sociologia, por compreender um estudo simultaneamente do homem e da sociedade.

O pensamento de Comte determina a necessidade de uma síntese das ciências, dispostas hierarquicamente, cujo centro é a Sociologia, para a qual se convergem todas as demais. Sobre esta síntese, Aron (1999), ordena-a em torno de quatro idéias. A primeira idéia concebida por Comte aponta que as leis estabelecidas pelos cientistas são comparáveis a dogmas e devem ser aceitas como verdades definitivas. A segunda idéia diz respeito àquilo que Comte chama de lei e significa as relações necessárias entre fenômenos ou fatos dominantes ou constantes, característicos e que podem explicar as causas visando atingi-las. Portanto, à ciência cabia estabelecer os princípios educativos que teriam por objetivo ordenar o mundo exterior e torná-lo inteligível para a nossa consciência. A terceira idéia apontada sugere que há uma estrutura hierárquica de seres, em que cada categoria está sujeita a determinadas leis. Isso permite afirmar que a idéia central dessa interpretação versa sobre um mundo em que o inferior condiciona o superior, mas não o determina. Essa interpretação permite situar os fenômenos sociais no seu lugar, e, ao mesmo tempo, determinar a própria hierarquia social. Assim, a sociedade se submeteria ao domínio das ciências e dos cientistas, agentes desse processo. A última idéia estabelece que os cientistas, na condição de sacerdotes da sociedade moderna, não podem se abster dessa identidade e dessa função. Muito pelo contrário, fazer ciência puramente analítica seria inutilizá-la, pois de nada adiantaria a acumulação de conhecimentos sem aplicação prática na reformulação da sociedade.

Todo o trabalho de sintetizar as ciências objetivou o estabelecimento da Sociologia como ciência da espécie humana, cujo único princípio subjetivo de síntese possível

seria o caminho que a torna ponto de referência para a humanidade. Assim, a Sociologia é a ciência do entendimento, ou sociologia do conhecimento. Nessa perspectiva, o homem só poderá entender a humanidade se examinar a atividade humana e sua obra na sociedade e através da história. Para Comte, por meio da observação, análise e compreensão das capacidades do espírito humano, bem como sua manifestação em nós através de suas obras na duração histórica, que seria possível elaborar a verdadeira ciência do entendimento, chamada, hoje, de Sociologia.

Comte não acreditava, portanto, na alteração dos rumos dos acontecimentos por meio de revoluções e no emprego da violência. Mostrava-se, por conseguinte, contra os reformistas e os revolucionários sociais. A nova ciência social, ou seja, o estudo das leis do desenvolvimento histórico, fundamentado na observação e na comparação, e, posteriormente, na formulação de leis, bastaria para reduzir a infinita diversidade das sociedades humanas. Este estudo sistemático deixaria pouca coisa ao acaso e aos imprevistos, porque *os momentos principais do espírito humano poderiam ser previstos por uma inteligência superior, porque lhe correspondiam a uma necessidade* (ARON, 1999: 84). Portanto, o progresso do espírito seria essencial ao estabelecimento de previsões sobre o devir históricopossibilitando, assim, conjugar ações a partir dessa previsão. Segundo Comte, este estudo seria estabelecido pela efetivação da transição da humanidade pela lei dos três estados e pela constituição da teoria da classificação das ciências.

III - Da Lei dos Três Estados à Classificação das Ciências

As considerações sobre a Lei dos Três Estados de Augusto Comte estão ligadas aos trabalhos do seu “pai espiritual”, Condorcet. O terceiro opúsculo deixa claro essa filiação quando Comte afirma que a elevação da política à categoria das ciências de observação deveu-se à descoberta de Condorcet. Esse pensador teria sido o primeiro a clarificar o movimento progressivo da humanidade, conclamado no encadeamento de leis naturais que a observação filosófica da trajetória histórica da sociedade pode revelar e indicar para cada época, além de delinear positivamente os procedimentos necessários

ao Estado Social para mudar as partes ou o todo. Segundo Comte, a obra de Condorcet assegura ao seu autor a *honra de ter criado essa grande idéia filosófica*.

Para Augusto Comte, a lei dos três estados não é somente verdadeira para a história da nossa espécie, ela o é também para o desenvolvimento de cada indivíduo. A criança dá explicações teológicas, o adolescente é metafísico, ao passo que o adulto chega a uma concepção “positivista” das coisas.

As ciências, no decurso da história, não se tornaram “positivas” na mesma data, mas numa certa ordem de sucessão que corresponde à célebre classificação: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia.

Da Matemática à Sociologia a ordem procede do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto e de uma proximidade crescente em relação ao homem.

As ciências mais complexas e mais concretas dependem das mais abstratas. De saída, os objetos das ciências dependem uns dos outros. Os seres vivos estão submetidos não só às leis particulares da vida, como também às leis mais gerais, físicas e químicas de todos os corpos (vivos ou inertes). Um ser vivo está submetido, como a matéria inerte, às leis da gravidade. Além disso, os métodos de uma ciência supõem que já sejam conhecidos os das ciências que a precederam na classificação. Comte afirma que cada etapa da classificação introduz um campo novo, irreduzível aos precedentes. Ele se opõe ao materialismo que é a explicação do superior pelo inferior.

Comte afirma, ainda, que a maneira de pensar positiva se impôs mais cedo às ciências exatas devido aos seus objetos de estudo serem simples, enquanto as demais ciências abordavam matérias cujos objetos eram mais complexos. Esta forma de pensar, que triunfou na matemática, na astronomia, na física, na química e na biologia, deveria se impor também à política, constituindo a ciência positiva da sociedade: a Sociologia.

Concebendo uma sociedade unificada, Comte referiu-se a uma concepção da natureza humana constante e a uma ordem social fundamental, também constante. Segundo Aron (1999), Comte:

Baseiase na idéia de que toda sociedade se mantém pelo acordo dos espí-

ritos. Só há sociedade na medida em que seus membros têm as mesmas crenças. É a maneira de pensar que caracteriza as diferentes etapas da humanidade, e a etapa final será marcada pela generalização triunfante do pensamento positivo (ARON, 1999: 71)

Com efeito, Comte, sendo hostil ao socialismo, defendeu os interesses da propriedade privada. Foi um organizador que acreditou nas virtudes da *propriedade privada das riquezas concentradas* (ARON, 1999: 75). Defendia que havia homens que comandavam e homens que obedeciam, e que os primeiros deveriam fazê-lo, como função social de organizar a sociedade. Aos últimos, o objetivo supremo era a ordem dos méritos e não do poder. Portanto, assim como a sociedade deveria passar pelos três estágios para chegar ao estado positivo, da mesma forma os homens, individualmente, cada qual ocupando o seu lugar na hierarquia social.

IV - A Humanidade como objeto de estudo da Sociologia

O homem, segundo Comte, é um ser histórico. Ele cria línguas, instrumentos que transmitem seu patrimônio pela palavra, e, nos últimos milênios, pela escrita, as gerações seguintes exercem suas faculdades de invenção apenas dentro do quadro que receberam. *As duas idéias de tradição e de progresso, longe de se excluírem, se completam.* A herança do passado só torna possíveis os progressos do futuro e *a humanidade compõe-se mais de mortos que de vivos* (COMTE, 1983: 83).

Para Comte, a sociedade é o conjunto dos indivíduos, os quais se encontram inseridos no meio de produção de riquezas. Para ele, o ser humano é capaz de produzir mais do que consome, e isso determinará a força social, a da riqueza, a do número e a da opinião pública. O homem é visto por ele como um ser constituído mais por aqueles que já morreram do que por aqueles que dividem o mesmo tempo histórico. Assim, a solidariedade é a certeza da continuidade que caracteriza as unidades sociais, visto que cada geração recebe da anterior muito mais que simplesmente aquilo que ela própria produz material, intelectual e socialmente.

Após analisar as fases históricas, demonstrando suas influências em relação à precedente, Comte aborda a Modernidade e analisa a industrialização e suas conseqüências. A nova ordem estabelecida pela Revolução Francesa não conseguiu superar totalmente a antiga ordem, causando um descaso crescente em relação ao proletariado. Esse descaso legou ao futuro toda sorte de problemas que, na concepção comtiana, só seriam superados por meio das conquistas de uma sociedade científica e industrial fíncada no pensamento positivo. Advém desse contexto o precário respeito à humanidade, comprometendo, portanto, a sua continuidade.

Entretanto, Comte espera que a propagação do espírito positivo e a noção de humanidade poderão criar uma comunhão intelectual que dê novas bases à associação humana. É com esse otimismo que propõe a instituição da república ocidental que, segundo Lopes (1986), se configura na comunidade européia na modernidade.

Por fim, o estudo filosófico da humanidade, seus processos constitutivos e suas conseqüências definiriam aquilo que Comte intitulou como Religião da Humanidade, cujo fim era conter a rivalidade natural do ser humano e integrar verdadeiramente, através de uma autoridade espiritual e de uma doutrina, o assentimento universal de solidariedade.

A evolução do pensamento humano para o estado positivo, segundo Comte, somente seria aceita se fossem respeitados os deveres de todos para com todos, confirmando mais uma vez sua perspectiva sempre social que não aceita nenhum tipo de direito baseado na individualidade. Comte concebe, dessa forma, uma sociedade meritocrática que não é nem aristocrática nem democrática, que visa, antes de tudo, a sociocracia como modelo de regime político.

V - O Positivismo no Brasil: Ordem e Progresso

No que tange às idéias positivistas, a tentativa de adoção de uma visão integralizadora e orgânica das relações dos cidadãos visava ser apenas uma tática para convergir em um único fim a ampla gama de interesses que abrangia o movimento republicano. Nesse sentido é que se pode dizer que a inspiração ideológica transmitida

por meio do positivismo permeou o ideário republicano, no entanto, pode-se aferir que os ideais liberais sobrepuseram-se.

O advento da República traz em seu bojo também, outra tentativa dos positivistas de reorganização da sociedade por meio da incorporação do proletariado à sociedade. Isso se daria sustentado na noção positivista de política, em medidas práticas que caracterizavam a criação de uma legislação trabalhista muito avançada para a época.

Pode-se afirmar que o fim expresso no pensamento político comtiano é a ditadura republicana que obedece três regras, conforme mostra Lacerda Neto:

- 1- O governo deve ser republicano e não monárquico, de onde, supressão da realeza.
- 2- A república deve ser ditatorial e não parlamentar, de onde, supressão temporal.
- 3- A ditadura deve ser temporal e não espiritual, de onde, separação dos poderes espiritual e temporal, ou plena liberdade de expressão (LACERDA NETO, 2003: 86)

No Brasil republicano, percebe-se a nítida confusão entre a sociedade e o Estado, em que este exerce suas funções de ordenador e ainda funções espirituais, ou seja, o Estado exercia um controle das opiniões ou impunha as suas próprias como condição obrigatória.

Ora, o entrecruzar entre os poderes espiritual e temporal é justamente o oposto à concepção positivista de governo.

Dessa forma, pode-se considerar o papel dos positivistas na instituição da República como incipiente e frágil, mesmo que se constate uma persistência difusa e atenuada de valores e tendências de concepção positivista na mentalidade militar, não só durante o advento da proclamação da República, mas também dos anos 20 aos anos 50. Segundo CARVALHO (2003), vale dizer, a respeito das idéias positivistas, que estas serviram, principalmente, como referência doutrinária. Sua presença, então, teria incorrido de maneira difusa, não se fundamentando na filosofia comtiana.

Ainda que o projeto brasileiro de governo e sociedade tentasse se assemelhar à

revolução francesa como modelo de ilustração positivista, por mais que a monarquia se constituísse como morta e irressuscitável, a realização de um fenômeno cientificamente previsto, que arregimentasse uma nova forma de governo nesses moldes, não em virtude da vontade do povo, mas em consequência da evolução histórica brasileira, vale a pena insistir que a lembrança do positivismo idealizado permanece no dístico da nossa Bandeira Nacional. Entretanto, o positivismo aplicado serviu para reforçar a força da atividade oligárquica nas relações de poder, legitimando sua ideologia.

Esse poder encetado na implantação e implementação do ensino público, gratuito, laico e democrático, égide da República, infelizmente, não se consubstanciará na realidade educacional brasileira.

VI - O discurso educacional positivista na Primeira República

O ensino básico obrigatório representava uma exigência da própria dinâmica da sociedade industrial que se implantava. A escola assumiu, na sociedade moderna, uma função integrativa e coercitiva, em que necessitava impor a seus membros, no escritório ou na rua, determinadas maneiras de ver, de sentir e de agir. O ensino obrigatório tornou-se, por excelência, um dos grandes sistemas de arregimentação da sociedade industrial.

À escola caberia, portanto, o papel tanto de aparelho disciplinador quanto de via de moralização e moldagem do ideal de modernização da sociedade por meio da instrumentalização dos novos saberes tecnológicos necessários à industrialização.

Ao Estado cabia a criação de uma “religião cívica” que realizasse a missão de transformação do patriotismo em nacionalismo por meio do reforço de sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária, na tentativa de controle e resolução das lutas populares socialistas, do surgimento da classe intermediária e da resistência dos grupos tradicionais.

A tentativa do Estado de influenciar e mobilizar os cidadãos a seu favor teve como decorrência a necessidade de construção dessa comunidade imaginária por meio do poder persuasivo da “idéia nacional”. A partir dessa ideologia, *a nação passou a ser vista*

como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui (CHAUI, 2000: 19). Portanto, a nacionalidade compreende um espaço neutro de conflitos, onde todos tipos de crenças se ajustam em prol da nação. Nesse aspecto, configura-se a definição de nação sustentada *nos sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada* (idem, p. 18).

Na esteira da Revolução Industrial, a implantação da modernização nas cidades tem como um de seus pilares o ensino básico obrigatório e a alfabetização em massa, pois se faz necessário sistematizar um espaço para ajustar os indivíduos à complexidade das tarefas e exigências da sociedade industrial. A educação passa a ser vista como instrumento de controle das relações sociais, que é a contrapartida da ascensão social possibilitada ao cidadão alfabetizado, durante a fase de modernização de um país.

É, portanto, nesse período que a escola passa a ser vista como instrumento responsável pela formação do sentimento de nacionalidade e patriotismo, propugnando a integridade nacional. Os projetos passam, então, pela questão da uniformização do ensino e encaminhamento da difusão do ensino elementar.

Era inegável a ideologia disseminada no contexto em questão, de que a civilidade, a modernidade, a ordem e o progresso reclamavam atitudes enérgicas quanto à concretização da nova cidade e, por sua vez, do **cidadão**, ambos inseridos no novo ideal republicano.

Com relação à educação, é consenso que a República veio instaurar-se sob a égide da importância da escolarização como instrumento de civilidade.

As idéias positivistas e a influência do grupo comtista na educação, ainda que passageiras, facilitavam-se por meio do planejador da primeira reforma do ensino na República, Benjamim Constant. Seus serviços prestados, como professor da Escola Militar, bem como sua influência junto aos jovens oficiais do Exército facilitaram a irradiação na Escola Militar da filosofia positivista, que posteriormente se manifestou no desejo de mudança de regime político e se circunscreveu na vitória da bandeira positivista que incorporou em seu dístico a inscrição Ordem e Progresso.

Para Benjamim Constant, Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos e também grande inspirador do golpe republicano, a ordem instituída pela república promoveria o

progresso. Sua permanência no cargo foi breve, no entanto, pôde decretar a reforma do ensino militar nos moldes preconizados por Augusto Comte de formação integral científica e humanista.

Segundo Azevedo (1976), apesar de Benjamim Constant insistir nas idéias filosóficas e pedagógicas do filósofo francês, Rui Barbosa argumenta que o mesmo não conhecia a política de Comte. Azevedo observa ainda que, para José Veríssimo, Benjamim Constant não refletiu suficientemente sobre as concepções de educação expressas nos tratados de filosofia e política positiva, pois a inclusão das ciências classificadas no plano de estudos de alunos de 14 anos contrariava a filosofia, uma vez que a orientação era de caráter estético, baseada na poesia, na música, no desenho e no estudo das línguas (AZEVEDO, 1976: 123).

Os planos de ensino estabelecidos na reforma de 1891, portanto, imbuídos do ideal republicano da nova ordem, cuja inspiração dizia-se positivista, eram, na verdade, planos fechados e rígidos que ameaçavam romper-se com estas inovações. As afirmações de Azevedo são elucidativas desse pressuposto:

A não ser no domínio das matemáticas, em que influíra a filosofia positivista, concorrendo para o desenvolvimento desses estudos, nas academias civis e militares, não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. É que, conforme já observamos, o positivismo penetrara no país, não como um “método de investigação”, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científica ou mesmo empírica, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa, que teve e ainda tem os seus partidários. Esse positivismo que é método e não uma doutrina; que parece repudiar o *a priori* e pretende proceder por via experimental e não *more geometrico*; e que se inspirava, como lembra *Stuart Mill*, numa doutrina geral que *Comte* aprendera no método das ciências físicas e nos escritos dos filósofos anteriores; esse, se teve seus adeptos no Brasil, nem lhes penetrou muito profundamente os espíritos, nem se estendeu bastante para exercer influência sensível no desenvolvimento do espírito crítico e experimental e do gosto das ciências exatas (AZEVEDO, 1976: 131-132).

Logo abaixo, o mesmo autor complementa:

Mas, as atividades científicas no Brasil, embora tenham alargado notavelmente, com a criação do Instituto de Manguinhos, o domínio da pesquisa positiva,

continuaram dispersas em instituições especiais de várias naturezas, - museus, estações experimentais e laboratórios -, que não serviam ao ensino nem se enquadravam no sistema propriamente escolar da nação (idem).

A posição dos autores citados não deixa dúvidas de que, se de um lado a implantação da educação na primeira república foi incipiente, oscilatória e elitizada, do ponto de vista da estrutura o ensino permaneceu nos moldes do plano tradicional de ensino dos jesuítas, fiel às suas origens latinas e puramente literárias, guardando o mesmo caráter que lhe imprimiu o Império, apesar dos esforços mais honestos de reorganização do ensino.

Assim, muito pouco se fez para diminuir a lacuna entre as classes populares e a camada culta. Enquanto a elite participava efetivamente da vida intelectual, na sua maior parte, as massas populares permaneciam totalmente à margem do processo.

A República trouxe inovações que reforçaram o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, a que teve acesso a elite, os proprietários de terras e uma camada intermediária, decorrente da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos resultantes da urbanização. Essa camada intermediária procurou a escola não só para obter um diploma, mas porque este era o meio para ocupar funções administrativas e políticas e de ascensão à classe alta. Além disso, o diploma tinha a função de “enobrecimento” e, ao formar letrados e eruditos, dando ênfase à formação humanística, a escola distanciava-os cada vez mais do trabalho físico “maculado” pelo sistema escravista cuja ruptura ainda era recente.

Por estas razões, deve-se inquirir se o ideal democrático de nação da Primeira República que compreendia a democratização e acesso ao saber pelo povo ainda se impõe, não somente no panorama do início do século XX, ou se permanece até a atualidade como uma utopia.

VII - Considerações Finais

Muitos filósofos do século XIX refletiram sobre os tempos do triunfo da modernidade, do capitalismo, da indústria, da ciência e da tecnologia. Um dos mais

influentes foi o francês Augusto Comte (1798-1857), criador da doutrina positivista. Comte acreditava no conhecimento como meio para estabelecer as mudanças na sociedade. Quanto mais os homens aprendem, mais felizes se tornam. O progresso é filho direto do saber. A ignorância dos homens primitivos significava, para Comte, uma sociedade mal governada, de miséria, injustiça e sofrimento. Isto só seria revogado quando a humanidade atingisse seu grau supremo de evolução, o estado positivo, quando todas as idéias e ações humanas fossem baseadas na ciência, único conhecimento verdadeiro.

Neste contexto, Comte concluiu que o governo ideal seria exercido apenas pelos homens que tivessem os conhecimentos científicos. Partindo do pressuposto de que a ciência era a única capaz de analisar, comparar e prever a história para estabelecer a ordem e, por conseguinte o progresso, Comte criou, baseado nas categorias da estática e dinâmica, a Física Social, à qual deu o nome de Sociologia.

Partindo da premissa de que somente aqueles que detêm o conhecimento científico são capazes de governar, os positivistas defendem que o regime democrático não é capaz de proporcionar o verdadeiro desenvolvimento social.

Dessa forma, as idéias positivistas são hostis às idéias socialistas, uma vez que a ciência é sempre benéfica para a humanidade, sempre traz o progresso. Não é possível conceber uma sociedade onde os ignorantes realizem revoluções sociais, pois estas provocariam desordens que a prejudicariam como um todo. Portanto, as lutas políticas não levariam a nada. O que realmente pode mudar o mundo é a ciência, ou seja, a ciência, sozinha, por conta própria, é que resolveria os problemas políticos, econômicos e sociais da humanidade.

Observa-se, ainda, que Comte reivindica, para isto, um “sistema” educacional que privilegie a educação científica em oposição a toda educação tradicional, metafísica e abstrata, baseada na Escolástica e na reivindicação de um princípio de universalidade da educação, que exige uma difusão junto ao povo.

Com relação a esta proposta de reivindicação se percebe a tentativa de estruturação do currículo escolar tendo como centro a ciência, as disciplinas formativas, características típicas de um pensamento pedagógico que valoriza a educação como um “dever” essencial às sociedades modernas, bem como “direito” do cidadão. Este projeto educa-

cional foi visto por ele como meio primário para empreender uma evolução laica e racional da vida em sociedade, ou seja, a escola sentida como instrumento do crescimento educativo das sociedades industriais.

No Brasil, as idéias positivistas chegam junto com o ideal republicano de sociedade. Estas idéias, que exaltavam a ciência e o governo baseado na “ordem” e no “progresso”, entusiasmaram a juventude civil e militar. Para muitos, o Brasil só se tornaria moderno se fosse republicano.

Assim, a classe burguesa e os militares vêm na filosofia de Comte o advento da República. Concebem a sociedade científica como única possível para formar o cidadão, difundir os valores burgueses, organizar o consenso social e, principalmente, uma identidade nacional.

Partindo desta premissa, pode-se aferir que no caso brasileiro a filosofia positivista teve, no que se refere à escola, a conotação de idealizar um projeto educacional que exalta a ciência e a técnica, a ordem burguesa da sociedade e a mentalidade laica.

É, portanto, por meio da difusão da filosofia positivista, que o ideário brasileiro de sociedade se firma nas bases da ideologia de uma classe burguesa, que sanciona seu domínio e fortalece a sua visão de mundo, mesmo que sustentada por um positivismo idealizado na Bandeira Nacional.

Referências

ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. 4 ed. Editorial Presença, Lisboa, 1993, v. X 180p.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A Ideologia do Caráter Nacional da Educação em Minas: Revista do Ensino (1925-1929)**. 1993. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação- UNICAMP, Campinas, 1993.

AZEVEDO, F. A transmissão da cultura. In **A Cultura Brasileira**, 5 ed. Melhoramentos, São Paulo, 1976. 3v. 268p.

CARVALHO, J.M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987. 196p.

- CARVALHO, M. M. C. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 88p.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária: 5ª ed.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 103p.
- COMTE, A. **Opúsculos de filosofia social: 1819-1828**. Trad: LINS, I.; SOUZA, J.F. São Paulo: Editora Globo/Editora da USP, 1972. 234p.
- _____ Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espiritismo positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. **Os pensadores: seleção de textos de GIANNOTTI, J. A.**, Trad: GIANNOTTI, J. A.; LEMOS, M., São Paulo: Abril Cultural, 1978. 318p.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos. 2. ed.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 326p.
- LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. 274p.
- LOPES, R. P. Positivismo. In **Dicionário de ciências sociais**, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, SILVA, B., coord. geral; MIRANDA NETTO, A.G...et. al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989: 939-945.
- MENDES FILHO, Positivismo na América Latina. In **Dicionário de ciências sociais**, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, SILVA, B., coord. geral; MIRANDA NETTO, A.G...et. al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986: 939-945.
- NETO, A.VL. **A república positivista: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2003. 182p.
- PADOVANI, U; CASTAGNOLA, L. O positivismo In **História da Filosofia**. 9.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1972: 429-451.
- PEIXOTO, Anamaria C. **Educação no Brasil - anos Vinte**. São Paulo: Loyola, 1983. 183p.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 218p.
- SCHELBAUER, A.R. **As idéias que não se realizam: O debate sobre a educação no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

